

## **MIGRAÇÕES INTERNAS EM TEMPOS DE SECA: ANÁLISE DO POVOAMENTO SERTANEJO A PARTIR DAS REDES CLIENTELARES E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**

Vitor Nunes<sup>1</sup>

**Resumo:** A privatização de recursos naturais, potencializada no Brasil a partir 1850, fomentou migrações em direção aos centros econômicos do país. Nesse sentido, as complexas relações de dominação no sertão, as migrações e os impactos da seca revelam uma história marcada por desafios socioeconômicos e políticos. Este artigo analisa a trajetória da ocupação do Nordeste brasileiro a partir da formação da elite rural que habitou essa região desde a colônia. Observamos como o governo varguista, a partir de 1930, manteve a dominação no interior do país e permitiu a união entre as oligarquias regionais e a República brasileira, a fim de neutralizar ameaças a um sistema clientelar de favores mútuos que permitia a coerção e a preservação de privilégios. Ao dialogar com os conceitos de micropoder e redes clientelares, buscamos entender como a dominação nas zonas rurais brasileiras levou à objetificação de experiências coletivas, à domesticação dos corpos e à subjugação da população sertaneja.

**Palavras-chave:** Nordeste; Migrações; Sociedades camponesas.

## **INTERNAL MIGRATIONS IN DROUGHT TIMES: ANALYSIS OF SETTLEMENT IN THE SEMI-ARID REGION BASED ON CLIENTELAR NETWORKS AND BRAZILIAN PUBLIC POLICIES IN THE FIRST HALF OF THE 20TH CENTURY**

**Abstract:** The privatization of natural resources, potentiated in Brazil from 1850 onwards, fostered migrations toward the country's economic centers. In this sense, the complex relations of domination in the hinterlands, migrations, and the impacts of drought reveal a history marked by socioeconomic and political challenges. This article analyzes the trajectory of the occupation of the Brazilian Northeast from the formation of the rural elite that inhabited this region since colonial times. We observe how the Vargas government, from 1930 onwards, maintained domination in the interior of the country and allowed the alliance between regional oligarchies and the Brazilian Republic to neutralize threats to a clientelistic system of mutual favors that enabled coercion and the preservation of privileges. By engaging with the concepts of Micropower and Clientelist Networks, we seek to understand how domination in Brazilian rural areas led to the objectification of collective experiences, the domestication of bodies, and the subjugation of the sertanejo population.

**Keywords:** Brazilian Northeast; Migrations; Peasant societies.

<sup>1</sup> Mestrando em História pela Universidade Federal do Sergipe (UFS). Bolsista PDPG/CAPES. Integrante do grupo de pesquisa Dominium: Estudos sobre Sociedades Senhoriais (CNPq-UFS). Contato: vitorndsilva@outlook.com.

## Introdução

O Estado Republicano construiu-se para a manutenção da indústria agroexportadora brasileira. No entanto, com o fim da escravidão e o aumento demográfico fruto da imigração europeia, iniciou-se no Brasil um processo de industrialização e de integração do mercado interno. O assalariamento da mão de obra permitiu a criação de um mercado consumidor de bens não duráveis, sustentados por pequenas indústrias locais. Essas manufaturas serviram às necessidades da classe média urbana e estavam condicionadas aos dinamismos regionais, sendo a região Sudeste a mais favorecida pelos capitais cafeeiros e pela urbanização do final do século XIX.

Esse modelo se manteve até a década de 1930, quando as conjunturas internacionais forçaram o Estado Brasileiro a rever sua política econômica e industrial. A crise iniciada em 1929 e a Segunda Guerra Mundial levaram ao arrefecimento do comércio mundial, além da diminuição dos investimentos dos países desenvolvidos em outras regiões. Observando essa nova configuração de forças, o primeiro governo Vargas (1930-1945) iniciou um processo de industrialização alicerçado no capital interno (proveniente, em sua maioria, do próprio Estado) e, posteriormente, no norte-americano, mediante acordos firmados durante a guerra. Além disso, com a nacionalização de indústrias estrangeiras e a formação de parcerias com o capital externo, foi possível a criação de empresas como a Petrobrás, a Vale do Rio Doce, a Eletrobrás, a Companhia Siderúrgica Nacional e a Fábrica Nacional de Motores. Tais indústrias desenvolveram os modais de transporte no Brasil, estenderam a frota automotiva e ferroviária e integraram o mercado interno a partir da geração de empregos.

A grande mudança que se deu, após 1930, foi que o poder passou a dar máxima prioridade ao desenvolvimento do mercado interno, ao crescimento para dentro, adotando uma estratégia em que a industrialização aparece como instrumento para tornar a economia nacional o menos dependente possível do mercado mundial. [...] Na prática isto significava abrir as regiões semi-isoladas, que viviam em economia de subsistência, e integrá-las na divisão inter-regional do trabalho, o que significava, ao mesmo tempo, ampliar o mercado para o capital industrial e, portanto, a base para sua acumulação. Até 1930, este tipo de processo também se ocorreu, mas apenas subsidiariamente à expansão do SME. A infra-estrutura de transportes e comunicações, que então se construiu, se serviu para alargar certos

mercados regionais, lê-lo apenas de modo acidental, já que seus objetivos eram outros: abrir o interior ao comércio internacional. Mas, a partir dos anos 30, a chamada marcha para o Oeste visava antes de mais nada integrar economicamente o território do país, o que significava na prática criar um mercado nacional. (SINGER, 1992, p. 218)

O Estado que se formou a partir de 1930 permitiu a aliança entre as oligarquias rurais e o capital industrial brasileiro. Vargas integrou os interesses da elite agrícola brasileira aos novos modos de produção capitalista da década de 1930. Essa elite rural se desenvolveu politicamente a partir do comércio de escravizados, das migrações e da especulação aurífera. Assim, foi possível acumular terras, mão de obra e expandir o capital interno, que pôde ser reinvestido em larga escala nas antigas zonas escravistas do litoral brasileiro.

Esse novo desenvolvimento industrial levou à exploração das comunidades rurais a partir de políticas de controle da migração interna, que visavam manter a mão de obra no campo e garantir a manutenção da produção agrícola. Essas políticas foram implementadas mediante violência e repressão, que serviram como mecanismos de controle de pessoas e propriedades. Além disso, a ação repressiva do Estado também serviu para justificar pedidos de mais verbas, valorizar economicamente as terras dos fazendeiros e manter fixos os votos dos políticos locais.

Nesse sentido, os governos varguistas foram marcados pelo discurso trabalhista e reformador, que buscava modernizar o Estado brasileiro, mas, na prática, herdou diversos mecanismos de dominação do Império e da Primeira República, que atenderam aos objetivos de industrialização nacional. É o caso das frentes de trabalho no sertão nordestino, que, desde 1915, iniciaram uma série de obras públicas no interior do nordeste, visando empregar a população local e impedir o êxodo da mão de obra que poderia ser utilizado no campo. Com o processo de burocratização do estado brasileiro, o governo federal passou a direcionar obras em todo o polígono da seca a fim de concluir projetos, iniciar novos investimentos, conter a migração e satisfazer as elites locais.

A questão da seca foi tratada pelo poder executivo por dois prismas: a necessidade hidráulica – ou seja, a impossibilidade de desenvolvimento

da região sem a ampla disponibilidade de recursos hídricos – e a impossibilidade econômica. A primeira abordagem buscou resolver a pobreza do solo por meio da construção de barragens, cisternas, açudes e sistemas de irrigação. A segunda percebia a necessidade de dar autonomia a essa população do interior, assalariando-a e criando postos de trabalho que diminuíssem a pobreza no campo.

Em suma, a ideia de combater as secas que solidificou as políticas em torno delas, até metade do século XX, defendia a mudança das condições naturais do sertão árido. Mesmo que as soluções para o problema das estiagens tivessem como eixo o florestamento, a abertura de estradas, o uso de técnicas e métodos apropriados a baixa umidade (dry-farming), a principal delas era a solução hidráulica, com foco na açudagem. No fim da década de 1950, as ações em torno das secas começaram a ser orientadas pela busca da convivência com o semiárido através da modernização econômica e técnica das atividades produtivas, sem necessariamente ter a pretensão de superar o problema naturalmente. (FERREIRA, 2019, p. 90)

Este artigo busca, portanto, observar os mecanismos de controle da população brasileira pelo Estado brasileiro, principalmente a população sertaneja. Para isso, será abordada a longa tradição da dominação senhorial em regiões rurais a partir de sua influência nas práticas sociais e representações das comunidades camponesas, bem como a relação entre grandes fazendeiros, pequenos produtores e governantes no sertão nordestino. A partir dessa perspectiva, será analisada a relação entre violência, controle e resistência nas comunidades rurais antes e após a revolução de 1930, destacando a importância da tradição do uso da força e da formação de laços de parentesco que fortaleceram a dominação de grandes senhores locais. Dessa forma, este artigo busca demonstrar como a dominação fez gerar novos saberes, novas formas de poder e novas formas de resistência no sertão brasileiro, em um processo marcado pela ocupação de terras, pela criação de redes de solidariedade e por migrações internas que marcaram o Nordeste seco.

### **Um longo processo de povoamento: laços familiares, privatização de terras e a manutenção da ordem social no campo**

Nas sociedades camponesas, o domínio da terra e das forças produtivas são essenciais à manutenção dos modos de vida rurais. Nesse cenário,

a violência serve como forma de repressão e torna-se um mecanismo de controle de pessoas e propriedades. Esse uso específico da violência gera, em sentido contrário, formas de resistência que desestabilizam a dominação no campo e se fortalecem a partir de códigos morais próprios, indistinguíveis dos ideais de parentescos tão relevantes às comunidades camponesas.

É possível observar como esse processo se apresenta em regiões rurais governadas por mandões imbuídos do poder estatal. Discursos religiosos são utilizados para legitimar a violência e controlar o território e os indivíduos nele inseridos. A partir de laços paternalistas e da estreita relação entre senhores, política e Igreja, essa dominação lega às oligarquias regionais a centralidade do poder, permitindo o controle dos modos de produção.

Ângela Xavier e Manuel Hespanha (1993) apontam que sociedades senhoriais se organizam mediante ordens normativas, marcadas por deveres recíprocos e uma coerência ética. Essas estruturas condicionam os modos de ver, pensar e agir, construindo um universo mental que produz práticas sociais e representações. As relações obedecem a uma lógica clientelar, marcadas pela concessão de mercês e pela reciprocidade.

A figura do dom caracteriza, paradoxalmente, como essas obrigações sociais se mesclam com a política. “A atividade de dar integrava uma tríade de obrigações: dar, receber, restituir” (HESPANHA; XAVIER, 1993, p. 340). Assim o prestígio de uma pessoa se relaciona à sua capacidade de ceder benesses e de retribuir as mercês recebidas. Constrói-se uma economia de favores desigual: de um lado, o benfeitor, posição relativa à sua posse de capital econômico, político e simbólico e, do outro, o beneficiado. No contexto de desequilíbrio político e social, a prática da “amizade” se estabelece como mecanismo eficaz de concretizar intenções políticas e estabelecer alianças com objetivos duradouros. Essa dinâmica cria a noção de “Dever Vazio”, que proporciona uma vantagem de poder ao polo superior. Para mitigar esse desequilíbrio, é estabelecido um poder intermediário, que, devido aos seus recursos superiores em comparação aos benfeitores e beneficiados, atua como um regulador de conflitos.

A original relação diádica derivava, frequentemente, numa relação triádica. Importa sublinhar que quase todos os patronos eram interme-

diários, pois por mais poderosos que fossem, havia pelo menos uma pessoa que detinha mais recursos do que eles próprios. Em última instância, essa pessoa era o rei, senhor dos senhores, de cuja vontade dependia a concessão da maior parte dos bens mais “apetecido” (HESPANHA; XAVIER, 1993, p. 340).

Dessa forma, em sociedades senhoriais, as relações sociais estão permeadas por uma economia da gratidão: obrigação moral e social que os indivíduos devem para com aqueles que lhes prestam favores ou serviços. Essa relação não é arbitrária. Nela, o inferior está subordinado a uma racionalização da troca e o superior, a uma reafirmação de determinadas virtudes. Dois grupos se integram numa regra geral de troca de vantagens, em que o desequilíbrio, para além de um traço constitutivo, é também regulamentado, estabilizado, consolidado e naturalizado. Nesse contexto, as esferas superiores de poder não são entendidas como sujeitos absolutos, mas, sim, como corpos políticos limitados geográfica e politicamente. Ao se posicionar como intermediário das trocas de favores, o governo central assume o papel de patrono, que opera as redes de apoio e neutraliza quaisquer ameaças que possam comprometer o sistema e o próprio poder.

Assim, os laços regionais constituem um meio de estabelecer conexões políticas, econômicas e simbólicas, fundamentando-se na propriedade ou na utilização de recursos específicos. Isso viabiliza a interdependência entre pessoas que, no contexto social, podem ocupar posições diferentes ou até mesmo opostas. Ao mesmo tempo, as redes de clientelismo regulam a estrutura social, concretizando discursos e representações.

Ao tratar o caráter corporativo do poder como um mecanismo de cooptação, que fortalece relações clientelares e une grupos diversos, defendo que – como forma de expandir seu domínio – o poder senhorial exclui das decisões políticas uma parte significativa da população rural, na mesma medida em que gera resistência. Um exemplo disso é o contexto do povoamento da caatinga no Brasil nos séculos XVII e XVIII, que, segundo Frederico Pernambucano de Mello (2011), deu origem a uma cultura caracterizada pela predominância do individual sobre o coletivo, bem como pela valorização da independência, autonomia e improvisação. Essas características refletem a

influência do ambiente hostil e desafiador do sertão, moldando as comunidades rurais, sua organização e resistência.

Mello (2011) entende o processo de povoação do sertão como um longo processo, consequência da falta de oferta de terras no litoral brasileiro desde os fins do século XVI. A busca por terras forçou o avanço para a caatinga durante o século XVII e ao longo de todo século XVIII e

Fez surgir um novo tipo de cultura, cujos traços mais salientes podem ser resumidos na predominância do individual sobre o coletivo – no plano do trabalho – e nos sentimentos de independência, autonomia, livre-arbítrio e improvisação, como características principais do homem condicionado pelo cenário agressivo e vastíssimo que é o sertão (MELLO, 2011, p. 42).

Esse avanço ao sertão foi marcado por mudanças nas práticas agropecuárias. Enquanto no litoral a monocultura da cana-de-açúcar foi caracterizada pelo sedentarismo, no sertão, a aridez do solo e o clima seco dificultaram o estabelecimento da produção e a construção de grandes centros ou empreendimentos de grande porte, devido à precariedade do ambiente físico e à imprevisibilidade das secas. Nesse sentido, a instituição da grande fazenda monocultora não servia para comportar o trabalho massificado, o que levou ao desenvolvimento de uma produção marcadamente individualista até a segunda metade do século XIX. O sedentarismo, como forma de vida inspirada pelo sistema de produção, é deixado de lado, e uma pecuária nômade se estende pela caatinga, devido à pobreza do pasto e à necessidade constante de novas áreas.

No fim do século XIX, a decadência econômica dos fazendeiros e o consequente enfraquecimento dos coronéis, em relação aos seus dependentes e rivais, modificaram as relações entre os grandes proprietários e os governos estaduais. Como mecanismo de proteção surge o coronelismo, uma superposição do regime representativo por uma estrutura econômica e social marcada pela coexistência do poder público e privado, em que este se sobrepõe àquele. Essa relação se baseia em um compromisso entre o poder público, que se fortalece progressivamente, e a influência social de chefes locais em franca decadência.

Essa relação de interdependência está relacionada com o caráter agrário da economia brasileira na Primeira República. Por representar

a base da produção nacional, o poder público depende do eleitorado rural, na mesma medida em que este depende da mercê dos mandões regionais. Nesse processo, o Estado brasileiro se construiu sobre uma estrutura patrimonialista, marcada pelo mandonismo, pelo nepotismo e pelo controle dos serviços públicos. A partir da Política dos Governadores empreendida por Campos Salles (1898-1902), a República passou gradualmente a ser ordenada de dentro dos estados, com o poder local a se arregimentar em torno dos mandatários estaduais.

Victor Nunes Leal (2012) aponta para a relação familiar na ascensão política desses coronéis, que dominam o interior do país a partir de relações de compadrio e são chamados de doutores mais pelo respeito imposto que pelo direito exercido. As relações de compadrio entre coronéis e agregados perpetuaram um poder herdado, que serviu para garantir a manutenção de seu principal instrumento de controle: o voto. As oligarquias, centradas na figura dos coronéis, instrumentalizaram a máquina eleitoral e passaram a decidir quais forças seriam estabelecidas no controle regional. Dessa forma, o Estado delegou poder a indivíduos com influência e renda suficientes para controlar cargos públicos, que, em troca, garantiam votos aos candidatos estaduais e permitiam a estabilidade do sistema. Em nível federal, os governadores apoiavam as oligarquias, que reconheciam seus domínios e mantinham o sistema coronelista. Como apontado por Murilo de Carvalho (1997, p. 2):

Nessa concepção, o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado.

A partir do controle de recursos estratégicos como a terra, os açudes e a segurança, o poder de mando delegado pelo Estado serviu à proteção das oligarquias familiares. Aqueles que administravam a educação, a religião e a segurança moldavam os discursos e, dessa forma, mantinham uma tradição do uso da força na sociedade camponesa. Para além de um sistema político

que interligava os interesses federais e regionais, essa dominação se estabelecia a partir de relações paternalistas e trocas de favores mútuos. Como apontado por Xavier e Hespanha (1993), as constantes falências de famílias nobres fomentam laços de amizade entre polos opostos de poder e criam uma dependência entre senhores e financiadores, *effectus* em troca de *affectus*.

Produz-se nessas redes clientelares um sistema que permite a conversão de riqueza em poder e a autorreprodução desse poder. A distribuição de benesses e o fortalecimento de amizades são parte de cálculos sutis de estratégias de prestígio. O ato de “dar” corresponde a um importante investimento de poder, que permite a consolidação de certas posições sociais e uma estratégia de diferenciação social.

Nesse sentido, o fortalecimento político de coronéis no sertão nordestino afetou profundamente o processo de ocupação do território. A população que migrou do litoral brasileiro, ainda no final do século XVI, estabeleceu uma sociedade sertaneja formada por descendentes de europeus, indígenas e afro-americanos. Mesclada e hierarquizada, a sociedade sertaneja passou por transformações profundas no fim do século XIX.

O fortalecimento do coronelismo aliado à crise econômica e social do início da República é evidenciado no importante trabalho de Monica Dantas (2007). Sua análise sobre a comarca de Itapicuru no fim do regime Imperial aponta para os efeitos da economia escravista no interior do Nordeste. Segundo ela, o fim da escravidão e a seca levaram a população antes escravizada a migrar para regiões com maior disponibilidade de terras e mais oferta de trabalho. Pequenos fazendeiros se aproximaram de grandes senhores locais para suprir suas necessidades nos períodos de seca. Em contrapartida, os senhores com prestígio político conquistado (ou herdado) adquiriam financiamento nos bancos para manter seu nível de vida e permitir um modo próprio de exploração, baseado nos laços familiares e em pequenas dívidas contraídas pelos pequenos produtores (compras fiadas e trabalho arrendado cedido pelos coronéis).

Em um processo de senhoriação do sertão nordestino, os campos destinados à criação de gado foram gradativamente aglutinados. Os cer-

camentos resultaram não apenas na privatização de espaços anteriormente coletivos, mas também na apropriação de recursos naturais, como córregos e nascentes. Com o fim da escravidão, a privatização dos recursos naturais tornou-se uma nova ferramenta para obter mão de obra livre, que precisava trabalhar nas terras dos fazendeiros em troca de acesso à água para consumo pessoal e para o cultivo.

O fortalecimento econômico permitiu que os senhores rurais reunissem o controle da polícia e do judiciário para dominar a política municipal e ter, de fato, o poder de mando. Assim, o coronelismo, ao fortalecer determinadas famílias em detrimento de outras, intensificou disputas políticas herdadas do período monárquico e fortaleceu conflitos intraelite, tanto legais, por meio da privatização do legislativo, quanto pela violência, por meio da perseguição, ameaça e coerção. Nessa busca em evitar o fortalecimento de rivais políticos, os laços de amizade e gratidão foram evocados, colocando famílias dependentes dentro do círculo de disputas políticas. Estabeleceu-se no sertão uma rede complexa de ajuda mútua que produziu dominações recíprocas, mantidas pela distribuição de benesses e o agradecimento destas. Assim, o coronel não era sujeito absoluto, mas um corpo político limitado geográfica e politicamente que, ao se colocar como intermediário das ajudas mútuas, assume-se como patrão poderoso que faz funcionar as redes de apoio e neutraliza outras que possam colocar em risco o sistema e seu próprio poder.

### **Coronéis, governadores e presidentes: Migração nordestina ao longo da primeira metade do século XX**

Como visto anteriormente, a ocupação do sertão se estabeleceu em um processo longo, marcado por relações sociais e políticas afetadas pela economia escravista e a geografia distinta da caatinga. O objetivo dos grupos dominantes centrou-se no estabelecimento de uma ordem social preenchida por grupos familiares menores e marcadas pela solidariedade e pela repreensão a insultos sofridos. Ana Cláudia Marques (2002) destaca a habilidade política dos grupos familiares em lidar com conflitos e mantê-los

afastados de confrontos armados, visando construir relações pacíficas e “civilizadas”. A quebra desse tipo de contrato social construía uma separação entre o “nós” e o “eles”, delimitando os distúrbios a um grupo discordante que falha em manter a civilidade.

No entanto, o final do século XIX foi marcado por uma profunda crise social e climática, que perdurou até a primeira metade do século XX. Revoltas, banditismo e migração forçada de áreas improdutivas foram as consequências mais visíveis da seca. Buscando manter o sistema clientelar vigente, a sociedade coronelista da Primeira República utilizou largamente da violência, tanto física quanto simbólica, como mecanismo de controle. Essa estratégia política fez aumentar o número de crimes famélicos e migrações, como visto no jornal sergipano *A tribuna*, em edição de 15 de abril de 1931, que demonstra as consequências dos distúrbios sociais para as populações sertanejas:

Notícias chegadas do interior dizem da situação angustiosa porque vem passando a população sertaneja perseguida pelo inclemente flagello da secca. As cidades de Itabaiana, S Paulo, Simão Dias, Dolores e Capela vem aportando aos poucos levadas de retirantes que abandonaram os seus lares atingidos pela fome. Os legumes plantados em Março como é praxe tradicional, para a colheita em Junho, não germinaram devido à falta de chuva e não se encontra uma árvore enfolhada, vestida de flores alegrando a paisagem monotona e triste do sertão. O gado caminha ao longo das veredas esquelético, encravando a terra para ver se dali brota um veio d'água que lhe mate a sede (A TRIBUNA, 15 de abril de 1931).

A seca se insere nas relações políticas patrimonialistas do sertão nordestino ao acentuar as condições de pobreza do semiárido e modificar a relação entre grandes fazendeiros, pequenos produtores e governadores. Pode-se apontar como produto dessas modificações o aumento da miséria, da formação de grupos messiânicos, de cangaceiros e das migrações. Segundo Neves (1995), este último fenômeno está atrelado a alguns fatores como: o processo final de ocupação do sertão; a expansão mercantil latino-americana, impulsionada pela segunda revolução industrial; e a modernização das capitais brasileiras. Atreladas às secas sazonais, essas migrações nunca se estabeleceram na estrutura social nordestina e sempre geraram desajustes sociais graves quando ocorreram.

A partir de 1877, os grandes centros urbanos nordestinos foram ocupados por um número sem fim de sertanejos que buscavam as cidades para resistir à miséria da seca. Nesse processo, um conjunto de saberes e práticas começaram a se constituir sistematicamente sobre essa população. O termo “retirante” surge para despersonalizar e naturalizar essa experiência coletiva de sobrevivência a partir do final do século XIX. Não obstante, uma série de políticas públicas tentou lidar com esse fenômeno.

Os governos estaduais utilizaram do higienismo e do assistencialismo como medidas para mitigar a pobreza no Nordeste brasileiro. A partir de 1930, ainda durante o governo provisório, Getúlio Vargas passou a lidar diretamente com a questão da seca e os surtos de violência associados a ela. Pela primeira vez desde 1877, quando a seca adquiriu as características e a magnitude que conhecemos hoje, o Estado passou a entendê-la não mais como uma questão climática, mas como um problema social que resultava na migração de populações inteiras em direção às cidades. A documentação transmite a situação do período, demonstrando que as discussões acerca da seca alcançaram a sociedade civil:

Não era demais que o governo, como cremos, deante da situação em que se debatem os sertanejos, mesmo dentro das aperturas financeiras do momento, fosse em socorro dos nossos irmãos, os flagellados, conseguindo do governo central a abertura de alguns poços no sertão. Assim não só evitaria a morte do gado pela sede, o exodo das populações para o litoral, como daria serviço a muita gente na miséria, por preço modico, a semelhança do que se vem fazendo na Parahyba, embora com verbas insignificantes, mas capaz de enganar o estomago dos milhares de infelizes sem trabalho que amanhã estarião augmentando, mais por necessidade do que por vocação, as fileiras crescentes e aterradoras do cangaceirismo (A TRIBUNA, 15 de abril de 1931).

É possível notar como o periódico, em seu primeiro ano de publicação, exhibe seu posicionamento em relação a dois fenômenos que atraem a atenção da população sergipana. Inicialmente a seca, posteriormente as migrações de desvalidos e, por último, o cangaceirismo. A tríade Terra, Homem e Luta se estabelece aqui como uma conexão causal entre a baixa produção agrária e a consequência imediata da violência. A fonte expõe a contradição entre essa crise humanitária e os interesses modernizantes da Revolução

de 1930, que propôs a substituição do patrimonialismo imperial em voga durante a Primeira República pela burocracia weberiana.

A partir da combinação de violência, manipulação, concessões e benefícios, buscou-se construir a imagem do trabalhismo como expressão de uma nação pacificada, unida e corporativa. No entanto, ao analisar as políticas públicas do governo federal frente à seca e à miséria, é possível questionar: até que ponto o governo que se inicia a partir de 1930 conseguiu, de fato, romper com o tradicionalismo e a sociedade clientelar do sertão?

Ao observar o histórico de obras públicas contra a seca, é possível notar que elas visavam empregar a população local e impedir a fuga de mão de obra. Desde a metade do século XIX, lideranças regionais e os governos estaduais se uniam a fim de aplacar a miséria e impedir as migrações pelo interior. A partir de 1915, no entanto, o governo federal se coloca como administrador desses investimentos, direcionando obras para todo o polígono da seca mediante a comissão *Obras contra a seca* e a *Inspeção de Obras contra a seca* (IOCS). Subordinadas ao Ministério de Viação e Obras Públicas (MVOP), essas instituições buscavam manter a população exatamente em seus locais de origem, evitando a fuga de mão de obras e o aumento demográfico nas grandes cidades.

Nesse sentido, é possível observar, durante a primeira metade do século XX, quatro momentos da migração nordestina: (1) durante a Primeira República (1889-1915), quando as migrações foram marcadas pelo nomadismo interno e direcionadas à áreas mais férteis ou com mais posto de trabalho; (2) no primeiro governo Vargas (1930-1945 – subdividido em Governo Provisório 1930-34; Governo Constitucional 1934-37; e Estado Novo 1937-45), quando há uma continuidade das obras de combate à seca iniciadas na Primeira República, mas com uma gradual mudança de perspectiva, que vai direcionar essa mão de obra a partir de 1940 para a Amazônia, a fim de colonizar a região e suprir a demanda internacional da borracha. Nesse sentido, as décadas de 1930 e 1940 foram marcadas por uma série de investimentos administrados por companhias públicas e agências de desenvolvimento, como a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF),

a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), a Superintendência de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (SUVALE) e a atual Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF). Para financiar a linha de crédito necessária, também foi criado o BNB, Banco do Nordeste do Brasil.

No (3) segundo governo Vargas (1951-54), as estratégias passam a se centrar na criação de frentes de trabalho e na contenção das migrações. Essas medidas visavam deter os efeitos das migrações internas, além de justificar pedidos de mais verbas, valorizar economicamente as terras dos fazendeiros e manter fixos os votos dos políticos locais. Os deslocamentos de migrantes em direção às capitais e ao Sul do país foram fortemente combatidos a partir da década de 1950. Os paus de arara sofriam repressão e os retirantes avistados poderiam ser presos e enviados de volta aos seus municípios.

O controle da saída de nordestinos deveria ser feito através da vigilância dos veículos que transportavam retirantes, estipulando-se as seguintes resoluções: propaganda por meio do rádio informando aos migrantes sobre os perigos das propostas de aliciadores e aos motoristas e proprietários de veículos sobre as punições; retorno dos condutores, com seus passageiros, desprovidos de licença do DNER para transportar os migrantes; controle dos conhecidos locais de migração através da instalação de barreiras nas rodovias a cargo do DNER e do DNOCS, reforçadas por policiais estaduais; e obrigatoriedade da apresentação de um documento pelo migrante, fornecido pelo Departamento Nacional de Imigração (DNI), que o habilitasse para seguir percurso, fazendo, taxativamente, retornar aqueles que não portassem a cédula permissiva (FERREIRA, 2019, p. 95).

Ao longo das décadas de 1940 e 1950, (4) a chegada da mão de obra nordestina gerou conflitos sociais no Sudeste, com a população local recebendo esses grupos com hostilidade e expressões racistas. No entanto, a burguesia industrial de São Paulo logo reconheceu o valor dessa mão de obra barata que chegava pelas estradas em busca de melhores condições de vida e prontamente começou a explorá-la ao seu modo. Bairros como São Miguel Paulista, na zona leste de São Paulo, foram habitados por diversos nordestinos migrantes do sertão baiano e pernambucano que ocupavam postos de trabalho na indústria urbana. Esse grupo desenvolveu uma ampla rede de solidariedade e uma cultura própria, diversificada e complexa, reapropriando

a ideia de “nordestinidade” e associando sua identidade regional à de trabalhadores (FONTES, 2001). Porém, com salários baixos e condições habitacionais precárias, essa população se sujeitava a trabalhos mal remunerados, entrando em conflito com a mão de obra urbana já estabelecida na cidade de São Paulo, que há décadas lutava por melhorias trabalhistas. A burguesia paulistana exacerbou esses conflitos mediante extensos editoriais, retratando essa população que chegava em condições precárias

O fluxo e refluxo de nordestinos, longe de constituir fator desfavorável, contribui para forçar o rompimento da estrutura tradicional e latifundiária do Nordeste, pelo exemplo levado pelos emigrantes que retornam após viverem alguns anos numa região muito mais desenvolvida e conhecer praticas mais modernas e racionais de cultura. A importância secundaria da seca na emigração nordestina é constatada nas cifras referentes a corrente emigratória, pois este ano em que nada se falou sobre a incidência das secas, o número de nordestinos desembarcados em São Paulo foi de cerca de 100 mil, uma das maiores já verificadas. Providencia que vem sendo pleiteada junto aos órgãos federais e aos Estados que contribuem com maior parcela para a corrente emigratória e a seleção dos emigrantes nas fontes de origem, pois os que para cá se dirigem com família numerosa, integrada principalmente por filhos menores, representam um agravante do problema social, dada a sua mínima capacidade produtiva, em face das exigências de consumo para si e os seus (FOLHA DA MANHÃ, 31 de dezembro de 1959).

Diferente do processo de colonização da Amazônia, o migratório não contava com o auxílio governamental, que direcionava em massa essas pessoas para as regiões consideradas “desabitadas” do Norte e Centro-Oeste do país. Essas migrações ocorriam por meio de redes de solidariedade e laços familiares, já que o rápido desenvolvimento urbano do Sudeste na primeira década do século XX exercia um fascínio sobre a população sertaneja, que buscava melhorar suas condições de vida migrando para essa região.

Dessa forma, é possível observar como as políticas de combate a migração e a questão da seca sempre foram tratadas pelas políticas governamentais por dois prismas: a necessidade hidráulica e a impossibilidade econômica. A primeira buscou resolver a pobreza do solo pela construção de barragens, cisternas, açudes e sistemas de irrigação. A segunda percebia a necessidade de dar autonomia a essa população do interior, assalariando e criando postos de trabalho que diminuíssem a pobreza no campo. Medidas

de emergência foram utilizadas para atender às pressões internas, haja visto que o êxodo rural sempre gerou crises de produção com a emigração da mão de obra.

Assim, a República, junto aos governos estaduais do Nordeste brasileiro, direcionou verbas públicas e delegou poder aos coronéis regionais. Não muito diferente da Primeira República, os governos Vargas enfrentaram os problemas decorrentes da seca e da violência sem deixar de garantir a proteção das oligarquias dominantes. Nesse processo, o controle sobre recursos estratégicos e a manipulação dos discursos contribuíram para a manutenção de uma estrutura de poder específica, que constituiu sistematicamente um conjunto de saberes e práticas sobre a população sertaneja.

### **Controle e Disciplina no Sertão: Abarracamentos como mecanismos de disciplinarização dos corpos**

Nos discursos da época, é possível notar um medo constante de que a miséria causada pela seca pudesse levar a desvios morais. Temia-se a prostituição e o furto “dos milhares de infelizes sem trabalho que amanhã estarão aumentando, mais por necessidade do que por vocação, as fileiras crescentes e aterradoras do cangaceirismo” (A TRIBUNA, 15 de abril de 1931). Dessa forma, teve início no sertão um processo de segregação e catalogação, que gerou novos conhecimentos, novas circunstâncias organizacionais e novas percepções.

As frentes de trabalho estimuladas durante os governos de Getúlio Vargas fomentaram a produção de campos de concentração, a partir de uma tradição que se iniciou em 1915, no governo Wenceslau Brás, e perdurou até meados dos anos 1930. Os currais, ou abarracamentos, como também eram chamados, foram vistos como solução técnica ao problema do êxodo rural no sertão nordestino. Esses espaços facilitariam os cuidados médicos, além de dar trabalho e alimentação aos viajantes desempregados.

As notícias dessas políticas assistencialistas logo chegaram ao interior, levando a população ameaçada pela seca a migrar aos montes para as capitais. Esses grupos viajavam por ferrovias que foram ampliadas

pelos próprios concentrados. Após 1915, o campo de concentração de alagadiço, nos arredores de Fortaleza, chegou a comportar até 8 mil pessoas e logo se mostrou insuficiente para os objetivos humanitários a que se propunha. Fruto do liberalismo patrimonialista que buscou anestesiar a intervenção estatal e reforçar os mecanismos oligarcas e clientelistas, a concentração dos retirantes nesses espaços produziu dois fenômenos sociais: o fortalecimento de práticas de caridade em um sistema de proteção aos pobres, que moralizava e justificava a intervenção estatal; e a formação de um exército de reserva, pois esses sertanejos, inseridos na miséria e sem perspectiva de melhora, se sujeitavam a trabalhos desumanos, à mendicância e à prostituição.

A produção da figura do flagelado e do retirante se estabeleceu no imaginário nacional após a seca de 1877-1880 e, segundo Neves (1995), apenas no Ceará, a migração levou cerca de 100 mil pessoas a uma capital com cerca de 27 mil pessoas. A consequência desse desastre humanitário foi uma epidemia de varíola que chegou a matar mil pessoas em um dia. O medo coletivo levou ao fechamento de comércios por toda a cidade e reforçou o discurso médico-político de instaurar uma política sanitária na cidade. Nesse sentido, "O campo de concentração não é apenas materialização destes saberes e poderes, mas ele próprio produz novos saberes e novas formas de poder" (NEVES, 1995, p. 94-95).

Ao dialogar com o conceito de micropoder de Foucault (2004), observamos como o exercício da dominação nesses espaços criou um novo tipo de poder, o poder disciplinador. A partir dos séculos XVII e XVIII, o aparecimento de uma nova mecânica do poder, com procedimentos e instrumentos específicos, colocou em questão as relações de soberania. Esse mecanismo permitiu, pela vigilância, extrair tempo e trabalho dos corpos, colocando no explorado a própria doutrina da opressão. Buscou-se controlar os corpos, não para destruí-los conscientemente, mas para aumentar seu desempenho, utilizando-os ao máximo.

Dessa forma, o desenvolvimento do capitalismo possibilitou um sistema de dominação que operou sobre os indivíduos, para controlá-los e

aumentar sua produtividade. Um efeito tanto econômico quanto político, pois se busca o aumento da produtividade ao mesmo tempo que se impede a capacidade de revolta e neutraliza os efeitos do contra poder, tornando os homens dóceis politicamente. A partir de um sistema político baseado na dominação, o poder disciplinar transforma o corpo em força de trabalho, inserindo no subordinado sua própria vigilância e controle.

Nesse sentido, os campos de concentração nordestinos serviram como ferramenta de domesticação dos corpos em um período de ebulição social. Mediante técnicas de isolamento e concentração, as elites brasileiras encontraram soluções para o terror coletivo da população. Esses locais de catalogação foram logo absorvidos pela população, que encontrou denominações para esses fenômenos. Os campos foram chamados de *Currais*, e os concentrados foram chamados de *Flagelados*. Esses indivíduos eram tratados não mais como sujeitos plurais, mas como uma massa de despossuídos que têm como única característica o não possuir. Por fim, a ideia de *Retirantes* também objetifica essas pessoas, condena-as a uma perseguição eterna, corpos que esperam para sempre a ordem do divino.

### **Considerações Finais**

A economia varguista desempenhou um papel significativo na dominação do interior e nos movimentos migratórios em direção aos centros econômicos. As complexas relações entre a soberania interna, os deslocamentos populacionais e os impactos da seca revelam uma história marcada por desafios socioeconômicos e políticos. Um aspecto a ser considerado é o papel das redes clientelares e dos polos superiores como administradores de relações paternalistas. Essas redes estabeleceram uma dinâmica de dependência e poder, consolidando a dominação.

A formação do sertão nordestino, por exemplo, foi marcada pelo desenvolvimento de uma configuração política e econômica própria do interior do país. Formou-se nessa região uma dinâmica política instável, agravada pela volatilidade política do final do século XIX. Assim, o poder aglutinador do governo federal exerceu uma influência que favorecia os candidatos

aliados, predispondo o eleitorado a votar em seu favor. O coronelismo, fruto da decadência econômica dos grandes fazendeiros, levou a mudanças sociais, que impactaram diretamente a estrutura de poder.

O coronel, enquanto corpo político limitado geograficamente e politicamente, atuou como intermediário das ajudas mútuas, exercendo poder e controlando as redes de apoio. Essa dinâmica visava neutralizar ameaças ao sistema e preservar seu próprio poder. A seca foi um elemento exógeno nesse contexto, contribuindo para o aumento da miséria, a formação de grupos messiânicos e cangaceiros e o aumento das migrações durante a Primeira República. Diante dessas circunstâncias, o governo Vargas, a partir da década de 1930, adotou estratégias para mitigar os impactos da seca e modernizar a economia e a política nacional. A implementação de obras públicas visava amenizar os sofrimentos causados por esse fenômeno recorrente e promover alguma estabilidade socioeconômica na região.

Surgem também as frentes de trabalho e os campos de concentração como uma manifestação extrema do exercício de poder e controle sobre a sociedade rural. Esses espaços representaram um dos mecanismos utilizados pelo Estado para enfrentar as crises e manter a ordem social, embora à custa da dignidade e autonomia das comunidades afetadas. Isto só foi possível graças a um longo processo de territorialização excludente e de privatização do Estado, que permitiu o controle de recursos estratégicos como a terra, os açudes e a segurança nas áreas rurais brasileiras. Nesse sentido, a violência foi frequentemente utilizada como forma de repressão e de controle de pessoas e propriedades. Aqueles que administraram a educação, a religião e a segurança moldaram os discursos, mantendo uma tradição do uso da força e da subjugação da sociedade camponesa.

### Fontes utilizadas

NOTÍCIAS. **Jornal A Tribuna**, Aracaju, 15 de abril de 1931. Disponível no acervo digital da Biblioteca Estadual Epifânio Dórea. Acesso em: 17 de maio de 2023.

NOTÍCIAS. **Folha da Manhã**, São Paulo, 31 de dezembro de 1959. Disponível no acervo digital da Folha de São Paulo. IN: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 27 de setembro de 2023.

### Referências bibliográficas

CARVALHO, J. M. de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, [s. l.], v. 40, n. 2, p. 229–250, 1997.

DANTAS, M. D. **Fronteiras Movediças: A comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos**. 1ª ed. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2007. 2007.

FAUSTO, B. **A revolução de 1930**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERREIRA, L. de C. Entre as relações de força e o consenso: as políticas anti-migratórias e os trabalhadores-cassacos no contexto das secas da década de 1950. **Fronteiras & Debates**, Macapá, v. 6, n. 2, p. 85, 2019.

FONTES, P. São Miguel paulista dos “baianos”. *TRAVESSIA - revista do migrante*, n. 40, p. 17–24, 22 ago. 2001.

\_\_\_\_\_. Um Nordeste Em São Paulo. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica Do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

HESPANHA, A. M.; XAVIER, Â. B. As redes Clientelares. *Em*: HESPANHA, Antônio Manuel (org.). **História de Portugal: O Antigo Regime 1620-1807**. 1ª ed. Lisboa: Estampa, 1993. v. 4, p. 339–349. Disponível em: Acesso em: 1 maio 2023.

LEAL, V. N. **Coronelismo enxada e voto**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARQUES, A. C. Política e questão de família. **Revista de Antropologia**, [s. l.], v. 45, n. 2, p. 417–442, 2002.

MELLO, F. P. D. **Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. 5ª ed. São Paulo: A Girafa, 2011.

NEVES, F. Curral de Bárbaros: Os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). **Revista brasileira de história**, São Paulo, v. 15, n. 29, 1995.

SINGER, P. Interpretação do Brasil, uma experiência histórica de desenvolvimento. *Em*: FAUSTO, Boris; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Estrutura de Poder e Economia. 1889-1930**. 8ª ed. São Paulo: Bertrand, 1992. v. 8.